



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ATA Nº02/2014

**----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE. -----**

-----Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, vinte e um de Abril de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

Ponto dois - Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Ponto três - Apreciação e autorização das propostas de celebração de contratos interadministrativos e de acordos de execução com as Juntas de Freguesia do Concelho; -----

-----Ponto quatro - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização, nos termos do disposto no nº2, do artigo 64º da Lei nº83-C/2013, de 31 de Dezembro, para o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 3 trabalhadores; -----

-----Ponto cinco – Aprovação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto seis – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2013; -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores. -----

-----Rui Monteiro Picciochi; -----

-----João Manuel Alves Gralha; -----

-----Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-----José Maria Chambel Esteves; -----

-----José Pereira de Sousa; -----

-----César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

-----Inocência Rodrigues Cruz; -----

-----Manuel Maria Pequeto Cardoso; -----

-----Vitorino Gomes Monteiro; -----

-----João Fernando Mexia Machado; -----

-----Manuel Maria Ferreira Honório; -----

-----José Miguel Baptista Homem; -----

-----Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

-----Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----

-----Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----

-----Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

-----João Filipe Ricardo; -----

-----David Valente Antunes; -----

-----Manuel de Oliveira; -----

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Augusto Caldeira, presidente da Assembleia de Freguesia da Praia do Ribatejo;** -----

### **----- APROVAÇÃO DA ACTA -----**

----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a ata número um, da reunião de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e catorze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

----- **Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número um, da reunião realizada a vinte e oito de Fevereiro de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por maioria, com um abstenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU e dezoito votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, David Antunes da CDU, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, e Rui Monteiro Picciochi, João Gralha, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, José Sousa, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem do PS.** -----

### **----- EXPEDIENTE -----** (Vide anexo 1)

**Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dar conhecimento de algum expediente recebido, que passou a ler: -----**

- Ressalto a carta de agradecimento dos familiares do Major Augusto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Caldeira, que agradeceu o acompanhamento que a Câmara e a Assembleia deram. -----

### **----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado David Antunes** – Leu uma intervenção cujo tema é “40 anos da Revolução de Abril 1974”. – **(Vide anexo 2)** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos** – Leu uma intervenção cujo tema é “Moção evocativa do 25 de Abril de 1974”. – **(vide anexo 3)** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos** – Leu uma Moção cujo tema é “Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais”. – **(vide anexo 4)** -----

**Posta a votação a sua admissibilidade, esta foi aprovada por unanimidade. Não havendo intervenções da parte dos Senhores Deputados, colocou-se à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

**-----Esta Moção foi aprovada em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos** – Leu uma Moção cujo tema é “Pela defesa do SNS”. – **(vide anexo 5)** -----

**Posta a votação a sua admissibilidade, esta foi aprovada por unanimidade.** -----

**Para intervir inscreveram-se os seguintes Deputados:** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Em relação a esta Moção apenas quero dizer que parte do que está escrito na Moção, eu também era capaz de escrever mas acho que foi com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguma ironia que ouvi o representante do Partido Socialista falar no encerramento de maternidades, parece que nos esquecemos quem iniciou esse processo, isto diz tudo. Eu vou votar contra como é natural.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Desejo boa noite a todos e aqueles que não conheço é um prazer estar convosco, portanto um abraço fraterno para todos. Nós temos uma moção idêntica e iremos votar a favor desta Moção. Mas é lógico que o Partido Socialista não têm as mãos limpas neste processo, através do Ministro Correia Campos e através da sua inação ao longo dos tempos, portanto, o Partido Socialista não pode vir agora “tapar os olhos com uma peneira” e ser o D. Quixote e resolver todos os problemas. A Moção no ponto de vista está correta mas de fato o Partido Socialista tem muitas culpas inclusivamente aqui na região do Médio Tejo, os ataques têm sido enormes e nunca vi o Partido Socialista tomar medidas em relação a algumas situações graves na área da saúde. O problema das maternidades é um processo antigo e foi iniciado pelo Partido Socialista.” -----

**O Senhor Deputado João Filipe Ricardo apresentou uma declaração de voto acerca deste ponto. (vide anexo 6)** -----

**Posta a votação a Moção esta foi aprovada por maioria com 3 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz e Nuno Gomes do PPD/PSD e 1 abstenção do Senhor Deputado Manuel de Oliveira do CDS/PP.** -----

**-----Esta Moção foi aprovada em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – Leu uma Moção cujo tema é “Reclassificação das Instituições Hospitalares e Serviços do Serviço Nacional de Saúde.” **(vide anexo 7)** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Posta a votação a sua admissibilidade, esta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **Posta a votação a Moção esta foi aprovada por maioria com 4 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz e Nuno Gomes do PPD/PSD e do Senhor Deputado Manuel de Oliveira do CDS/PP.** -----

----- **Esta Moção foi aprovada em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Apenas colocar uma questão. Porque é que na documentação que recebemos em anexo aos documentos votados nas reuniões de Câmara não vêm as declarações de voto?” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Agradeço o envio da documentação sobre a ADIRN e sobre a venda do terreno na Rotunda da Ponte da Pedra. -----

= **Atas da Câmara** - Esta Assembleia destina-se a fiscalizar a atividade do executivo camarário. Hoje fui ao site da Câmara e estando nós em fins de Abril, só se encontra a ata número um de dois mil e catorze. Era importante que estas estivessem lá para sabermos qual era as decisões que a Câmara foi tomando ao longo destes meses, para podermos esclarecer algumas dúvidas que pudessem existir. -----

= **Protocolo com a empresa de turismo** – Peço e já pedi à um ano, o protocolo existente com a empresa de turismo, gostava de saber exatamente qual é o contrato existente com a referida empresa. -----

= **Contas da Junta de Freguesia da Atalaia** – Ontem, passei pela Atalaia e os meninos da escola falavam que as contas da Freguesia da Atalaia estavam envoltas em mistério e que teriam sido até chumbadas pelo próprio executivo da Junta, o que me parece uma coisa absolutamente estranha. Gostava que, ou o Senhor Presidente ou o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Junta me esclarecesse.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** - informo o Senhor Deputado que não vou dar palavra sobre isso, porque são autarquias completamente diferentes e não temos nada que interferir nas contas da Junta de Freguesia, há sítios próprios para tratar disso. A Assembleia não fiscaliza a Junta de Freguesia, portanto não vou permitir uma discussão dessas aqui dentro.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – Leu uma intervenção sobre o 1º de Maio. **(Vide anexo 8)** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado David Antunes – Rotunda da Ponte da Pedra** – “Questiono se está projetado a curto ou médio prazo alguma intervenção na rotunda da Ponte da Pedra.” -----

= **Recipientes lixo na Ex-En3** - “Aquando a intervenção na Rua Salgueiro Maia, em que se deu mais mobilidade às pessoas, alargando os passeios, dando mais iluminação, questiono se está projetado a colocação de mais recipientes para colocação de lixo, pois deveria ter mais do que tem ao longo da rua. Com a intervenção nota-se que aquela rua tem mais movimento e há mais acumulação de lixo.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos – 1º de Maio** – “É uma intervenção rápida. Saúdo o dia de amanhã (1 de Maio). Hoje podemos considerar que estamos livres e podemos saudar de forma franca e em plena liberdade, por isso acho que não fica mal a ninguém se desejarmos a todos um bom 1º de Maio, um grande 1º de Maio. Viva o 1º de Maio.” -----

**Foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

= **Superfície comercial** – “Falou-se na última assembleia Municipal que na zona da Ponte da Pedra iria ser construída uma superfície comercial, só que a ata não dá grandes indícios e gostava de saber do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se trata. Se o Senhor Presidente tivesse mais dados gostaria que me pudesse facultar. -----

= **Rua Salgueiro Maia** – “Relativamente ao assunto intervencionado pelo meu camarada David Antunes, acerca da Rua Salgueiro Maia, eu costumo passar ali e repara-se que desde a rotunda da estação da Barquinha até às escolas, não há caixotes do lixo para pôr o lixo. Apanhei uma casca de banana, e até porque andava meio coxo, e só conseguir pôr no contentor à frente da GNR.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

“Boa noite a todos; -----

- **Atas** – De fato estive a verificar, já enviei um mail para os funcionários responsáveis, nomeadamente para a Isabel Gonçalves e o Pérsio Basso, no sentido de acelerar este processo, pois não faz sentido que esteja atraso.-----

- **Contrato Posto de Turismo** – Terei muito gosto e como têm sido prática desde que tomei posse farei-lhe chegar com todo o gosto o respetivo contrato. -----

- **Rotunda da Ponte da Pedra** – Há um projeto, os recursos são escassos e têm de ser geridos com parcimónia, quando tivermos dinheiro o projeto será concretizado. O projeto existe, já foi discutido em Câmara e aprovado. É um projeto orçamentado em sessenta mil euros, estamos a arranjar uma solução alternativa face a situação económica do país. -----

- **Rua Salgueiro Maia (Caixotes do Lixo)** – Registei a questão dos recipientes para o lixo. Não existe projeto, existe a questão do bom senso. -----

- **Superfície Comercial** – É um projeto Intermarché e a obra vai-se iniciar em Maio no espaço junto da Rotunda do Cardal. No sentido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poente e para além do espaço comercial vão ser instalados também umas bombas de combustível low cost.” -----

### **Informação dada pelo Senhor Presidente da Assembleia.** -----

“Já receberam com certeza no mail um convite para o dia 10 de Maio. Trata-se da visita à Resitejo. É preciso inscreverem-se quem quer ir, há uma refeição oferecida pela administração da Resitejo, na cantina. Quem não quiser almoçar tem de levar transporte próprio, quem quiser tem autocarro da Câmara.” -----

### **----- ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----**

**----- Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Para se pronunciar inscreveu-se o Senhor Município Paulo Tavares; -----**

**Município Paulo Tavares** – “O motivo da minha intervenção tem a ver com um tema que eu já conversei com o Senhor Vereador, são os esgotos que atravessam o Cardal e tenho alguma preocupação no sentido de saber se o executivo camarário está a repensar para futuro a remodelação ou solução para os esgotos e pluviais do concelho. Eu sei que há fundos comunitários para dois mil e vinte, se há algum projeto de remodelação. O que acontece atualmente é que tivemos um inverno problemático e tivemos muitos dias em que o esgoto no Cardal, nomeadamente junto à passagem de nível que está sempre a debitar para fora, causando transtornos. Quando o esgoto transborda para fora prejudica terceiros e prejudica particulares quer do ponto de vista do cheiro, quer do ponto de vista das infraestruturas causando prejuízos enormes. Esta situação arrasta-se há vários anos e agora tem sido pior nomeadamente porque temos uma conduta de diâmetro muito reduzido, temos um concelho que é enorme, temos uma zona industrial



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que também já está a debitar esgoto para esse mesmo sítio. Todo o esgoto da Atalaia, todo o esgoto de Moita do Norte, Zona expansão passa pelo Cardal é caricato dos caricatos, é uma conduta de diâmetro estreito. Quando chove mesmo pouco aquilo tem que rebentar, causando transtorno e prejuízo a terceiros. O esgoto faz-me lembrar a água potável e se forem intervencionar o esgoto porque não também por a projeto a remodelação das condutas da água potável, já que são com os antigos tubos de lusalite, com percentagem de amianto que agora anda aí na moda e nada melhor do que fazer um projeto e englobar todas estas valências. -----

Em relação à Moção da CDU, do serviço nacional de saúde, concordo em parte mas para relembrar que as valências que vão desaparecer neste momento já não funcionam. As grávidas neste momento já não vão ter os filhos a Abrantes, porque hoje em dia as pessoas querem unidades especializadas e no fundo, aquilo que foi dito dos níveis dos hospitais, isto na realidade já acontece. Eu pedi a pouco tempo uma consulta de caráter urgente para reumatologia e foi marcado daqui a um ano. É neste ponto que nos encontramos.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Município Paulo Tavares do seguinte:** “A questão é pacífica, o sistema de drenagem das águas residuais e pluviais será sempre feito se houver fundos comunitários, aliás isso foi feito com coerência dentro do meu programa político, do que tenho conhecimento das últimas decisões que saíram do acordo de parceria é não ilegível. Ainda não há nada em termos regulamentares, se houver em tempo oportuno serão esclarecidos.” -----

**Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação da atividade municipal ao abrigo da alínea c), do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze. – **(vide anexo 9)** -----

**Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitar os seguintes esclarecimentos:** -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Anabela Queiroz.** -----

= **Empreendimento Agro Industrial** - “É só para perguntar ao Senhor Presidente onde vai ser a localização do projeto Agro Industrial que está previsto para a freguesia da Praia do Ribatejo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

= **Informação escrita** - “Vou saudar o Senhor Presidente, pois eu andei a fazer uma campanha por causa do presidente cessante que a determina altura, com o apoio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal deixou de ler a informação escrita Hoje, verifiquei que o atual presidente leu a informação escrita e não era tão curta como isso e louvo-lhe a paciência e esforço mas vejo que tomaram em consideração aquilo que eu, a CDU defendeu que as intervenções do Senhor Presidente da Câmara deveriam ser lidas até porque quando se encontra público, se esta não for lida as pessoas não sabem do que se está a falar.” -----

= **Comemorações do 25 de Abril** – “Saúdo as comemorações do 25 de Abril, houve dignidade no programa das comemorações o 25 de Abril. Cada dia que passa cada vez é mais importante olharem para estas coisas e comemorar o 25 de Abril.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

= **Processo Judicial um** - “Vejo que há desenvolvimento no processo judicial número um, não sei se me pode informar qual é o valor da indemnização neste momento, que está proposta pela Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

= **Empreitada de construção do sistema interceptor de Águas Residuais** – “Relativamente à empreitada de construção do sistema interceptor de águas residuais mencionado na informação escrita, está em apreciação e validação local diferente que para mim mostra uma alteração radical daquilo que ouvimos durante um ano que tal era impossível de fazer, afinal sempre é possível. Isto muda alguma alteração em relação a uma aprovação que fizemos na assembleia de um terreno para a instalação desta ETAR. Se já não é neste terreno como é que isso se vai processar? -----

= **Conteúdos Museológicos - Musealização do Castelo de Almourol** –

O que é que foi comprado em relação a uma verba para os conteúdos de Musealização do Castelo de Almourol já comprometida no valor de trinta e oito mil quinhentos e setenta.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

= **Empreendimento Agro-industrial** – “Estamos neste momento a estudar vários sítios é uma das questões que se está a colocar, não há nada decidido sobre esta temática. Poderei dizer que será na área das Limeiras. -----

= **Processo Judicial Um** – O que está aqui em causa é uma questão de taxa de juro e dos valores dos juros desde o trânsito de julgado em sentença até efetivo pagamento, ou seja, é uma questão residual para encerrar o processo. -----

= **Empreitada de construção do sistema interceptor de Águas Residuais** – Nada é impossível. É um terreno que é do mesmo proprietário e que tem vários hectares. O proprietário não se importou que o destaque da parcela que a Câmara adquiriu se localiza-se em sítio



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diferente, ou seja, estamos a falar na mesma área territorial em metros quadrados e em vez de ficar a nascente vai ficar a poente. -----

### = **Conteúdos Museológicos - Musealização do Castelo de Almourol –**

Tem a ver com conteúdos multimédia e com aquisição, pois como sabe vão ser comprados alguns equipamentos hardware e para além deste também vai ser comprado software, nomeadamente a história dos templários e situações similares o que significa que para o concurso temos para além do estudo, pois estamos a falar num monumento que é nacional, estes conteúdos têm de ser aprovados também pela Direção Geral do Património Cultural e é desse valor que estamos a falar.” -----

### **Ponto três – Apreciação e autorização das propostas de celebração de contratos interadministrativos e de acordos de execução com as Juntas de Freguesia do Concelho.** -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto três: -----

“O Senhor **Presidente da Câmara** informou que são os contratos interadministrativos e contratos de acordos de execução celebrados ao abrigo do novo regime, ou seja, a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, uma Lei com algumas lacunas e muito problemática nomeadamente na sua feitura e a sua temática foi feita num período pré-eleitoral e que objetivamente tem erros graves e situações complicadíssimas. Na sequência disso entendeu-se e veio aqui à Câmara Municipal e Assembleia Municipal para prorrogar excecionalmente a delegação de competências, os protocolos de execução que existiam com as Juntas de Freguesia. Esses protocolos estão em vigor, o que vemos agora é que face à lei setenta e cinco de dois mil e treze, é uma forma jurídica de transmitir e delegar competências às respetivas Juntas de Freguesia, através de acordos de execução e interadministrativos. Junto da documentação estão contrato extremamente longos, têm cláusulas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devido ao seu formalismo mas se no fundo contratos decalcados de outros contratos interadministrativos e que existem. São essencialmente com as competências delegadas na Junta e com algumas transferências de receitas de capital para alguns projetos que estão e foram assumidos no anterior mandato e que o presidente como bom homem de palavra quer continuar a cumprir.” -----

**Para intervir sobre este ponto, inscreveram-se os Senhores Deputados:** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Só algumas questões que me causam alguma estranheza, embora não sendo da área jurídica gostava que me esclarecessem. Porque é que os contratos nalguns pontos não são semelhantes, ou seja, porque é que alguns podem ser revogados e os outros não, causou-me alguma estranheza. Em relação à redação eu posso estar equivocado, mas depois de ter lido os vários contratos parece-me que não me equivoquei mesmo, é que muitas vezes se faz referência à cláusula décima como sendo a cláusula décima, que tem o valor da transferência, mas esse valor num sítio está na cláusula oitava, noutra sítio na cláusula nona, mas depois à frente parece que falta revisão de texto, era bom que alguém revesse estes documentos antes de serem publicados.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado David Antunes** – “Não querendo entrar pelo que o Senhor presidente referiu há pouco, que aqui é a Assembleia Municipal e há o local que são as assembleias de freguesia para se ir dar a opinião e ir saber em mais pormenor o que se passa em cada freguesia. Eu, pessoalmente conheço melhor a realidade da freguesia da Atalaia e da Barquinha. De Tancos e Praia do Ribatejo não conheço tanto. Li com atenção aqui os contratos e o que eu sugeria era que os próprios presidentes de Junta de Freguesia, dessem a sua opinião, porque vão ser eles que na prática vão ter que lidar com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verba que for transmitida.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que os contratos interadministrativos e os acordos de execução foram discutidos com os Presidentes de Junta de Freguesia.-----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Algumas das questões já foram colocadas, no entanto eu achei que havia a necessidade de haver um revisor, porque estes contratos variam de freguesia para freguesia quando alguns são muito semelhantes. A Câmara indica que transfere as competências para a limpeza dos espaços verdes e atribuí uma determinada verba. Para algumas Juntas diz o seguinte: «...constituí direitos da primeira outorgante (Câmara) solicitar mapas de utilização e respetivas atualizações dos espaços públicos cuja manutenção compete à segunda.» Isto parece-me estranho, será que a Câmara não sabe quais são os espaços verdes que existem, eu acho que é altura de se fazer um inventário de todos os espaços verdes existentes no concelho evitando assim, esta situação. --- Em relação à reparação em estabelecimentos de educação, no caso do jardim de Infância de Tancos, não se sabe o que é? Também não percebi. -----

Em relação à verba para o campo da Atalaia, estranhei. Como é que isto se trata concretamente. Em relação a esta relação da Assembleia com as juntas não falarei hoje, mas certamente falarei numa próxima assembleia, da relação que nós temos ou não temos, a partir do momento em que depende da Assembleia Municipal a autorização para a delegação de competências nas Juntas, mas no entendimento do Senhor Presidente da Assembleia não temos direito a saber o que se passa nas freguesias.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não ia discutir assuntos da freguesia, porque são autarquias independentes, por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consequente há os espaços próprios para discussão dos pontos. Nós não fiscalizamos as Juntas de Freguesia. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Permita-me que discorde disso, e vou reforçar o que o meu companheiro disse e acho que eu, há tanto tempo nisto nunca vi este tipo de raciocínio. Aqui não há círculos fechados, nem compartimentos estanques e até nos ajuda a pensar, isto não tem nada de subversivo, o que se passa aqui e eles até podem dizer, isto para mim chega, não está aqui em causa o que foi negociado, até porque a minha opinião sobre isto já é antiga, as freguesias neste momento estão cada vez mais a ser esvaziadas de competências e de todas as coisas, mas o Partido Socialista também tem culpas no cartório. O primeiro a lutar contra isso, foi o Dr. Mário Soares, mas isso é outra conversa, depois veio o Presidente da Câmara de Lisboa também fez algumas leis engraçadas em termos de ir contra a descentralização de verbas, mas o que é certo, é que ao longo dos anos tem sido tirado dinheiro as freguesias. Neste momento, foi feito um acordo entre as Câmaras, Juntas de Freguesia do Partido Socialista. Neste momento, a pergunta que faço o que é que os Senhores Presidentes das Juntas da Atalaia, da Barquinha, de Tancos e da Praia do Ribatejo pensam sobre isto, se acham que está correto, se o dinheiro chega.” -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal** – “Se não fui claro, e vou explicar novamente. O problema que estava aqui a pôr em causa era a discussão dos orçamentos e da prestação de contas da Junta de Freguesia. Isso não é da competência da Assembleia Municipal. O que eu disse sobre a delegação de competências, e há documentação sobre isso, é que isto foi tratado juntamente com a Junta, mas o Senhor Presidente da Câmara dirá.” -----

**Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecer**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**os Senhores Deputados:** -----

“Quanto à questão do revogado e não revogado aqui não há o princípio da irrevogabilidade como alguns políticos fazem. Aqui todos os contratos e todos os acordos são revogáveis, haja acordo entre o executivo e a Câmara Municipal está sempre aberta, nomeadamente a corrigir aquilo que está mal. Quanto à cláusula décima irei verificar, quem fez o trabalho foi o serviço jurídico, vou ver em conformidade com ele antes de assinar os respetivos acordos quais são os erros ostensíveis em termos jurídicos que está a colocar e terei todo o gosto de dar a conhecer qual foi a versão final. -----

Quanto à sugestão do Deputado David Antunes o que a Lei obriga é um acordo entre o executivo da Câmara Municipal representada pelo Senhor Presidente e o executivo da respetiva Junta de Freguesia, tudo é negociado. O que está aqui em causa, ao contrário do Governo Central que corta as Autarquias Locais neste momento mantivemos o mesmo valor, não houve alterações quanto aos valores a transferir para as Juntas de Freguesia, pelo contrário. -----

Em relação ao acordo de variar de Freguesia para Freguesia é verdade, cada realidade é uma realidade, o espaço territorial é um, uns são malha rural, outros malha contínua. Tancos não tem nada a ver com a Praia do Ribatejo assim como não tem a ver com a Atalaia e Vila Nova da Barquinha. -----

Quanto aos espaços verdes, eles estão identificados, mal de nós com um território de 49,8m<sup>2</sup>, não identificássemos os espaços verdes. Alguns são tratados outros não, mas isso é outra questão. -----

Os equipamentos em Tancos são os que lá existem e estão identificados no respetivo contrato. -----

Quanto ao valor do campo de futebol, na delegação de competências como sabe, pois já era deputado na anterior Assembleia Municipal, este



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mantêm-se. -----

Quanto à questão das Juntas de Freguesia, cada um responde por si. Os Senhores Deputados estão aqui para questionar o Senhor Presidente da Câmara, estamos aqui na assembleia Municipal justamente para isso, se os Presidentes de Junta se quiserem pronunciar sobre essa questão, dentro do seu espírito de liberdade, não sou eu que vou cortar o seu pensamento e a sua palavra.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Senhor Presidente, só um pequeno à parte, se fosse partidos diferentes penso que a atitude deveria ser a mesma, não deveria haver discriminação.” --

**Tendo sido colocada à votação, a apreciação e autorização das propostas de celebração de contratos interadministrativos e de acordos de execução com as Juntas de Freguesia do Concelho, estes foram aprovados por maioria com 6 abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS 13 votos a favor, dos Senhores Deputados Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS.** -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----////-----

**Neste momento o senhor Presidente das Assembleia Municipal propôs um intervalo de dez minutos.** -----

-----////-----

***Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização, nos termos do disposto no nº.***



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**2 do artigo 64º. Da Lei nº. 83º.-C/2013, de 31 de Dezembro, para o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 3 trabalhadores. -----**

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o ponto quatro: -----

“Este assunto diz respeito ao recrutamento de três postos de trabalho devido ao limite de renovação de contrato a termo certo de alguns funcionários que são no meu entender essenciais para a operacionalidade e para o exercício das funções da Câmara Municipal. Estamos a falar essencialmente no recrutamento para um coveiro, um manobrador de máquinas pesadas e especiais e um de cantoneiro de desobstrução de coletores fitossanitário. São funções essenciais ao Município, não há alteração ao mapa de pessoal, cumpre-se os requisitos de excecionalidade devida à situação financeira da Câmara Municipal, ou seja, excecionalmente podemos contratar nestas situações. Repito devido à excecionalidade e essencialidade destes postos de trabalho, venho colocar a esta douta Assembleia a possibilidade de abrir concurso.” -----

**Para intervir sobre este ponto inscreveram-se os Senhores Deputados:** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “A única coisa que eu queria só chamar a atenção e eu digo sempre isto quando vem a Assembleia proposta de recrutamento de abertura de concursos, é que espero que não seja uma reintegração, seja mesmo concurso público.” --

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “ Faço minhas as palavras do Senhor Deputado Inocêncio.” -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Senhor Deputado:** -----

“Devido ao princípio da imparcialidade e da independência



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

objetivamente os concursos públicos reúnem esses requisitos.” -----

**Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º. Da Lei n.º. 83.º-C/2013, de 31 de Dezembro, para o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 3 trabalhadores, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS.** -----

-----**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

-----***Ponto cinco – Aprovação do Plano de Pormenor Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha.*** -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o seguinte ponto: -----

“Depois de várias situações é possível levar a esta Assembleia o Plano Pormenor da Zona Industrial para aprovação, foi finalizado dando resposta a recomendações e retificações pedidas pelas entidades no âmbito do respetivo plano e nessa sequência que submeto a aprovação a esta assembleia. Deste processo faz parte, nomeadamente a identificação dos lotes de um volume de mapas com elevada dimensão que se encontram para consulta na mesa do Senhor Presidente da Assembleia. Se os Senhores Deputados tiverem alguma questão mais pertinente ou se eventualmente quiserem analisar em mais pormenor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quais são as áreas de intervenção, disponham.” -----

**Para intervir neste ponto inscreveu-se os Senhores Deputados.** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado David Antunes:** “Eu analisei o Plano Pormenor da Zona Industrial e só quero tirar algumas dúvidas. Em caso de uma falência de uma empresa que esteja no Parque esse terreno poderá ser utilizado para outra se instalar? -----

Outro questão, uma empresa compra um terreno mas não constrói lá nada e espera que as coisas melhorem. Ela pode vender a outro criando um pouco de especulação imobiliária.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo:** “O que nós queríamos dizer, e para ser mais claro é se há alguma salvaguarda de retorno dos terrenos em caso de haver qualquer coisa.” -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de esclarecer os Senhores Deputados.** -----

“As questões que os Senhores Deputados colocaram não têm a ver com o Plano Pormenor da Zona Industrial, pois estamos a falar de planificação, tem a sim a ver com o próprio regulamento do Centro de Negócios nomeadamente na transmissão ou oneração de um determinado lote ou direito de propriedade. Acontece que neste momento, e temos casos, o lote é adquirido em pleno direito de propriedade pelo comprador valor que varia, nomeadamente em termos de regulamento e por isso que o respetivo executivo delibera a aquisição e fica na plena posse do bem. Já aconteceu, houve um processo de insolvência, a Serralharia A. Domingos, que fica com o direito quer à propriedade, quer à instalação. Neste momento já houve um comprador que comprou em hasta pública e é transmitido o bem para essa entidade. Quando a Câmara vende, vende o direito de propriedade e deixa de ter posse sobre determinado bem. A Câmara tem sempre a hipótese de licenciar ou não e também tem sempre a prerrogativa da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

posse administrativa do bem, terá é depois de indemnizar. ” -----

**Tendo sido colocada à votação a Aprovação do Plano de Pormenor Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha, este foi aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS.** -----

**-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**-----Ponto seis – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2013.** -----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o seguinte ponto: -----

“estamos a falar do relatório de prestação de contas do ano de dois mil e treze. Apesar do contexto desfavorável em termos macroeconómicos que é conhecido de todos, nomeadamente com a intervenção da Troika, foi possível, devido a algum esforço significativo por parte do executivo e de todos os agentes da autarquia, fazer um reforço do equilíbrio financeiro. Há uma quebra de receitas, devido à situação que o país atravessa. Há cortes da parte do Governo, da Administração Central para a Administração Local, de qualquer maneira há uma redução significativa da dívida a fornecedores a curto prazo de novecentos e quarenta e oito mil euros bem como a redução da diferença entre despesa realizada e paga. Neste momento, segundo o relatório da Direção Geral da Administração Local, estamos a pagar, em média, em catorze dias. Esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação não era assim, neste momento em termos de contas a realidade é esta, também tem a ver essencialmente e objetivamente com algumas receitas que vêm do IMI. Todos temos a noção que houve uma redução de zero, vírgula trinta e oito por cento para zero, vírgula trinta e dois por cento, houve um esforço por parte da autarquia para prescindir de algumas receitas no sentido de beneficiar e de apoiar as próprias famílias devido à situação atual que existe. Significa que no fundo também há uma despesa significativa com pessoal que tem a ver com o subsídio de férias e o subsídio de natal, que na sequência do acordo do Tribunal Constitucional veio julgar inconstitucional este cortes e no fundo foram repostos o que permitiu que haja um aumento significativo em termos de despesa de pessoal. De igual modo, também é significativo a taxa que vinha para a segurança social e para a caixa geral de aposentações que vinha de valor dez e meio por cento, onze por cento para vinte e três por cento, o que permitiu alguns encargos acentuados. Relevante é que há um resultado ilíquido de exercício de quatrocentos noventa e seis mil euros. A manutenção de capital de endividamento da própria Câmara Municipal e é visível na folha cinco o que significa que em termos de resultado e também o esforço dos funcionários e alguma contenção da própria Câmara Municipal foi possível chegar a estes resultados. De referir que tem vindo a diminuir, e implica alguma gestão complexa, nomeadamente com o pagamento do trabalho suplementar extraordinário, tem havido uma diminuição de recursos humanos. Relevo por último, que houve um reforço em termos de património de cerca de nove milhões de euros que tem a ver essencialmente com os bens inventariados que não estavam e como sabem foram feitos na sequência dos imóveis na própria revisão do código do IMI e que foram avaliados em termos das próprias finanças.” -

**Para intervir neste ponto inscreveu-se os Senhores Deputados. -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Em relação às despesas e receitas com a água, e, reparei, corrige-me se estiver errado, em relação a despesa com a água, temos cerca de quatrocentos e quinze mil euros, a nível das receitas temos trezentos e cinquenta e cinco mil euros, ou seja, temos cerca de sessenta mil euros de prejuízo. Gostava de saber como é possível haver este prejuízo, sei que há sempre a parte das fugas, mas penso que é sempre possível fazer esse controlo. Gostava de saber se é possível facultarem o número de quantidade de metros cúbicos adquiridos pela Autarquia e os faturados, assim como o gasto com contadores pagos pela Câmara que são despesas próprias da Autarquia, porque para fugas parece-me que há aqui muita água a fugir.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Acho curioso o texto que vem de introdução de enquadramento macro económico, porque este texto que vem aqui parece que foi tirado de algum documento governamental e vindo de uma Câmara Socialista confesso que é um documentos um pouco estranho, inclusivamente hoje até ao fim da tarde vim alguns porta-vozes do Partido Socialista dizerem absolutamente o contrário do que aqui vem. -----  
Há de fato aqui uma poupança e pouca gente viu de cerca de meio milhão, significativa embora esta poupança se deve ao sacrifício das famílias, de muitos trabalhadores deste país a quem foi tirado muito dinheiro. Há uma subida do IMI de dezoito, vírgula trinta e cinco, do Imposto único, uma subida de trinta e quatro, vírgula cinquenta e nove. As contas de alguma forma estão estabilizadas e há um maior equilíbrio em termos de contas a nível da Câmara. Eu até diria que o empréstimo do PAEL, seria desnecessário estarmos a pagar o que se está a pagar, mas na altura o quadro deveria ser outro. Sugiro também à Câmara, tendo em conta este resultado, é que não se sacrifique ou se tente de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algum forma não sacrificar mais as pessoas e vermos para o futuro em termos de IMI e das percentagens de tributação que possamos aplicar às pessoas sobre algumas taxas que possamos aplicar se efetivamente as podemos aguentar em patamares a que não leve mais a sacrificar as pessoas.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo** – Leu uma declaração de voto da Bancada do PPD/PSD referente a este ponto. **(vide anexo 10)** --

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal** – Em relação aos transportes, vejamos na página vinte três para verem como é que os munícipes funcionam. Vejam a comparação entre o ano de dois mil e treze e dois mil e doze. O problema que está aqui é que foi praticamente cinquenta e dois por cento de diferença, o que aconteceu foi a exigência da justificação do pedido do passe. Os jovens pediam o passe e não utilizavam e estamos a falar de cerca de cinquenta mil euros.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Eu queria só saber uma coisa. Eu sei que as contas da Câmara do Entroncamento não foram aprovadas porque algo se passa com o Revisor Oficial de Contas, que é o mesmo da nossa Câmara. Eu, gostaria que explicasse qual é a irregularidade. “ -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:** -----

Em relação à intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes quais são as páginas do relatório de contas a que se está a referir? Na realidade temos entre o deve e haver da água, tem a ver com pagamentos de dois mil e doze que estavam atrasados e como bons pagadores que somos tratamos destes procedimentos. -----

Quanto à questão do Senhor Deputado João é verdade, de fato muito se deve também aos próprios trabalhadores e de todos, mas não foi a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara que aumentou os impostos, houve a preocupação já no anterior executivo com reflexos neste ano económico de reduzir de zero vírgula trinta e cinco por cento para zero vírgula trinta e dois, para benefício das famílias e para poder haver algum poder de compra face a esta onda varredora de impostos que estamos todos subcarregados e que infelizmente hoje, novamente, surpreendidos. -----

Há de fato uma contenção de despesas, ela é pública e notória, o caso dos transportes é um exemplo, simplesmente era o transporte escolar que era feito para alunos, tiravam o respetivo passe e depois não utilizavam o transporte da rodoviária. Aconteceu, que determinei que fosse feita fiscalização nos respetivos autocarros em dias diferentes, de quem entrava ou não e cancelei os passes. Como o passe não custava dinheiro aos pais e a Câmara, pagava era fácil. É simples, é uma questão de gestão. -----

A questão do PAEL é a minha opinião, vale o que vale, acho que foi uma excelente opção devido às taxas de juros. Há Câmaras que não aderiram ao PAEL e estão com grande dificuldade nomeadamente a nível da gestão do próprio Município. -----

Houve uma execução extremamente significativa os números falam por si e não vou fazer cometários sobre isso. A questão dos cinco milhões tem a ver essencialmente com os empréstimos a longo prazo deferidos no tempo. -----

O Centro de Negócios é um assunto que é recorrente nesta assembleia, como vocês sabem é uma opção por parte do Município, é público que existe algum desenvolvimento económico, posso dizer que já recebi dezasseis empresários interessados em projetos para a Barquinha, o que significa que isto está a mexer, é devido também ao convite a contratar que vem objetivamente os fundos comunitários nomeadamente do Plano Regional para o investimento e passa as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas. Isto, está a andar e posso dizer que já houve a aquisição do lote da empresa Serralharia A. Domingos e que vão implementar-se brevemente. -----

Agradecer o trabalho da Dr.<sup>a</sup> Susana Amaro e à área da contabilidade, o rigor e gestão do próprio relatório, porque as decisões são políticas mas também temos de agradecer aos técnicos o seu empenho. -----

A entrega do documento foi entregue dentro dos prazos e os Senhores Deputados percebem e temos de ter bom senso e fica bem a toda a gente e ver que por vezes é difícil de se cumprir os prazos, o que não foi o caso agora.” -----

**Tendo sido colocada à votação o Relatório de Gestão e Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2013, este foi aprovado por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 16 votos a favor, dos Senhores Deputados Paula Duarte e David Antunes da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Rui Monteiro Picciochi, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Barros Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem e Manuel Honório do PS.** -----

**-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom Fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**

(Rui Monteiro Picciochi)

### **O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**

(João Manuel Alves Gralha)

### **O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**

(Inocência Rodrigues Cruz)

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b>	Lista de Expediente
<b>Anexo 2</b>	Intervenção Política da CDU, lida pelo Senhor Deputado David Antunes, cujo tema “40 anos da Revolução de Abril de 1974”
<b>Anexo 3</b>	Intervenção Política do PS, lida pelo Senhor Deputado César Cardigos, cujo tema é “Moção evocativa do 25 de Abril de 1974”
<b>Anexo 4</b>	Moção do PS, lida pelo Senhor Deputado César Cardigos, cujo tema é “pela defesa do SNS”
<b>Anexo 5</b>	Moção do PS, lida pelo Senhor Deputado César Cardigos, cujo tema é “Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais”
<b>Anexo 6</b>	Declaração de voto apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU
<b>Anexo 7</b>	Moção da CDU, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo, cujo tema é “Reclassificação das instituições Hospitalares e Serviços do Serviço Nacional de Saúde”
<b>Anexo 8</b>	Intervenção da CDU, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo, cujo tema é “1º de Maio”
<b>Anexo 9</b>	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
<b>Anexo 10</b>	Declaração de voto do PPD/PSD referente ao ponto nº6 d Ordem de Trabalhos – Relatório de Gestão e Prestação de Contas referentes ao exercício de 2013